

Déficit e reformas

As contas públicas de um país reproduzem, em escala macró, a lógica elementar da contabilidade doméstica. Sem equilíbrio entre receita e despesa, não há estrutura econômica que se sustente. Impossível, da mesma forma, chegar-se à prosperidade e retomar o desenvolvimento sem que essa relação primária entre dever e haver se estabeleça. As contas públicas brasileiras, mais uma vez, exibem desacerto e descontrole, aprofundando o quadro semi-recessivo da economia.

Em todos os conceitos técnicos utilizados pelo governo para medir o desempenho de suas contas, o déficit do setor público, contabilizado de fevereiro do ano passado até fevereiro deste ano, voltou a crescer.

O resultado negativo chegou a 6,53% do PIB (Produto Interno Bruto), apesar do aumento expressivo da arrecadação, de 20,33% em relação ao ano passado. Se aumentou a arrecadação e, mesmo assim, o déficit cresceu, não há como fugir à lógica: a gastança aumentou.

Não é difícil identificar duas das principais fontes do descontrole: aumento das taxas de juros e desequilíbrio nas contas da Previdência Social. O Brasil pratica hoje uma das maiores taxas de juros do planeta. Enquanto nos países ricos os juros estão em torno de 6% ao ano, aqui estão em 30%. O governo sabe que esse é o fulcro da questão, mas está de mãos atadas. Sem baixar custos — o que exige a conclusão do processo de reformas —, não é possível baixar os juros.

São os juros altos o fator presente de atração de capitais, com os quais o governo cobre os rombos de suas contas. O efeito colateral é conhecido: os juros altos aumentam a dívida interna, reduzem os investimentos produtivos, diminuem a oferta de emprego, aprofundam a crise social. Mantê-los significa preservar o quadro de tensão que aí está; baixá-los sem reduzir gastos estruturais é correr o risco de comprometer todos os penosos ganhos da estabilidade econômica.

A saída é acelerar a conclusão das reformas, ao menos nesta sua primeira etapa, em curso no Congresso: as reformas previdenciária (de que estão pendentes apenas alguns destaques) e a tributária, ainda na comissão especial da Câmara.

Somente as reformas estruturais, que tramitam há três anos no Congresso — algumas, como a tributária, lá estão desde o governo passado — rompem o círculo vicioso gastos altos/juros estratosféricos/retração econômica, que engessam a economia brasileira e impedem que o país se reencontre com a prosperidade e o desenvolvimento.

A proximidade da campanha eleitoral não pode ser pretexto para protelar medidas de tamanha importância para a sociedade brasileira. Muito pelo contrário. A credibilidade da classe política, avariada ao ponto de não haver hoje interesse entre os jovens pelas eleições, pode ser revitalizada pelo cumprimento dessa etapa decisiva no processo de reorganização do Estado e das contas públicas do país.